



Paulo Amaral
Vice-Presidente da Direção

SER OU NÃO SER...

apartidário - adjetivo

1. que não pertence a nenhum movimento partidário ou partido político;
2. que se revela imparcial; que não toma partido.

apolítico - adjetivo e nome masculino

1. que ou aquele que não tem ideias políticas ou as não manifesta.

Dicionário Porto Editora, versão on-line.

Os Militares têm sido, sistematicamente, vítimas de um dos maiores pensamentos dogmáticos sobre a forma como vivem e sentem as diversas realidades do País.

É consensual, nas mentes menos *experimentadas*, que aos Militares está vedado um dos direitos fundamentais em democracia: pensar e participar na vida pública.

E por "vida pública" considero o dia-a-dia do Povo, com os altos e baixos inerentes à condição de cidadania real a que estamos sujeitos.

Poder discutir a *coisa pública*, é um tema para o qual tenho tentado alertar todos os nossos Camaradas e a população em geral.

Porque não há Democracia sem Povo, e como prowenho dele, não me posso demitir do direito de participação na vida pública que é como quem diz na Democracia participativa. Não contem comigo para, apenas de 4 em 4 anos colocar o meu voto na urna; não é este o conceito de cidadania real e participativa que preconizo! Quero mais!

O significado de apolítico e apartidário, esclarece claramente o que posso ser e aquilo para o qual a minha condição de Militar me proíbe de fazer.

O número 2 do artigo 31 da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas diz que «os militares na efetividade de serviço são rigorosamente apartidários», ou seja, que não posso pertencer a nenhum partido político nem a qualquer movimento partidário. Isto é para mim claro e, embora compreenda que ao legislador não restou outra alternativa se não limitar as Forças Armadas à participação política, não aceito que me restrinja um direito em democracia que é o de poder ter opinião sobre a política que me governa.

Temos que, de uma vez por todas, afirmar apodicticamente que não somos tão vazios de conteúdo que não compreendemos o que nos é dito.

A minha paciência esgotou-se quando ouvi o ministro das finanças afirmar que, passo a citar, «os portugueses estão dispostos a fazer sacrifícios», o que me leva a gritar NÃO! Chega de me tratarem como um analfabeto que não sei o que estão a fazer! NÃO, não estou disposto a fazer mais sacrifícios e, daqui pergunto, quem autorizou o ministro Gaspar a falar por mim? Não quero mais ser considerado como «honrado e que aceito subservientemente ser roubado» daquilo que me pertence por direito!

Por isto, sempre defendi e continuo a defender que aos Militares deve ser dada a possibilidade de estarem de

pleno direito na cidadania real. Porque também existe outra forma de cidadania, a cidadania formal.

E a diferença entre a cidadania formal e cidadania real é que esta implica a abolição da exploração e, o que tenho vindo a assistir na sociedade portuguesa é que cada vez mais cidadãos se demitem de exercer o direito real de cidadania pelo facto de haver por parte dos decisores o intuito de dividir os portugueses, criando neles motivos para que deixem de participar ativamente na vida pública. Chamo a isto *dividir para reinar*.

E depois ouço alguns concidadãos dizer quando lhes perguntam o que pensam das medidas de austeridade «é difícil, mas não há outra alternativa...». E os sucessivos governos o que querem é isto mesmo: colocam uns quantos portugueses contra os outros para depois se chegar a esta conclusão de que não há alternativa.

Mas Camaradas, há alternativa! Assim nós queiramos! Um conceito que gostaria de ver desmistificado na nossa condição militar, é sermos apolíticos.

Não posso nem devo ser inócuo ao ponto de não discutir a política que me (des)governa.

Política é a vida!

“Porque não há Democracia sem Povo, e como prowenho dele, não me posso demitir do direito de participação na vida pública que é como quem diz na Democracia participativa.”

Política é o preço do pão, do leite, da carne e do peixe, política é o custo que suporte pela educação e pela saúde da minha filha que, pasme-se, deveriam ser gratuitas como inscrito na Constituição da República Portuguesa.

Não posso nem devo ficar impávido e sereno e permitir que me tratem como ser «*não pensante*», que apenas cumpro ordens sem

nunca questionar o porquê das mesmas. Sem questionar o porquê das medidas de austeridade assentarem só, e apenas, sobre os mais desfavorecidos, os que menos podem que são os trabalhadores portugueses.

Não posso ficar sem questionar quem nos governa, o porquê da EDP, da GALP, da PT, da CGD, para falar apenas em empresas de setores estratégicos nacionais, continuarem a ter lucros desmesurados e em nada contribuírem para salvar a Nação da crise para a qual os sucessivos governos nos trouxeram, sendo que, a quem não deve ser assacada qualquer culpa nesta situação é à massa trabalhadora deste país que paga os serviços prestados por aquelas empresas bem caros.

Não posso nem devo ficar calado perante um dos maiores ataques ao Povo Português perpetrado por um primeiro ministro que, após anunciar mais um saque às economias dos trabalhadores foi divertir-se num espetáculo musical, provavelmente ouvindo e cantando o tema «os *meninos à volta da fogueira*», sendo que os meninos são os trabalhadores portugueses onde se incluem os Militares, e a fogueira são as medidas de austeridade por ele apresentadas.



Não quero ficar sentado à volta de uma «fogueira» que me queimará de forma implacável.

Não posso nem devo ficar sossegado, quando numa entrevista, o primeiro ministro diz ao jornalista que dorme pouco, mas tranquilo. Deduzo: tranquilo por saber, conscientemente, que está a castigar severamente quem trabalha, pois de outra forma teria pesadelos e não dormiria tranquilo como aqueles que trabalham e que veem de mês para mês o fruto do seu trabalho diminuir.

O que me apraz dizer sobre este «dormir tranquilo» do primeiro ministro tem muito a ver com as políticas predadoras que ele, sim ele, pois «decide pela sua própria cabeça» determina e manda publicar, não são medidas que sejam razoáveis do ponto de vista moral, nem tão pouco incentivadoras da economia nacional.

Do ponto de vista moral, porque todas as medidas que estão a ser levadas a cabo por este governo têm laivos de *Robin dos Bosques* ao contrário, ou seja, rouba aos pobres para dar aos ricos.

O facto de serem pouco, ou nada, incentivadoras da economia é por demais evidente que se tira dinheiro dos bolsos dos portugueses não se consegue revitalizar a economia.

Como é possível dizer-se que estas medidas de austeridade irão permitir revitalizar a economia e empregar mais trabalhadores quando esse facto está diretamente relacionado com o aumento da produção e, se os Portugueses terão menos dinheiro disponível para gastar na economia, obrigatoriamente o consumo baixará, as empresas produzirão menos e por conseguinte serão obrigadas a despedir. Ao contrário do que a criatura afirma...

Nas últimas semanas falou-se muito do aumento da Taxa Social Única(TSU)/Caixa Geral de Aposentações, medida que o governo deixou cair devido à força que o Povo tem. Foi porque o Povo Português se uniu e mostrou a sua força, que este aumento das contribuições para a segurança social, mais um roubo dos ordenados, caiu!

Não posso aceitar que os comentadores encartados que discorrem nas televisões tenham dito que as manifestações do passado dia 15 de setembro que juntaram mais de um milhão de Portugueses, foram um claro não ao aumento das contribuições dos trabalhadores para a segurança social. Foram, mas não só!

Foram também um claro não às políticas que estão a ser seguidas e que empobrecem de forma clara o País e os Portugueses.

Foram um redondo não à ingerência de entidades estrangeiras na vida do País, delapidando a nossa autonomia e identidade.

Foram um estrondoso não ao roubo dos subsídios de férias e de Natal neste ano, tendo sido considerados inconstitucionais pelo Tribunal Constitucional, e que em 2013 voltam a ser considerados pelo governo mas agora de forma sub-reptícia e dissimulados.

Mas atenção. Daqui alerta todos os Camaradas que não podemos ficar descansados e contentes com este recuo

do governo, pois já foram anunciadas outras medidas de austeridade que, embora com nome diferente, vão originar o mesmo resultado: o esbulho dos ordenados dos Militares e por consequência dos trabalhadores Portugueses.

Não existirá TSU mas irá haver um aumento substancial nas tabelas do IRS através do aumento das tabelas de retenção na fonte. O que não nos vão tirar na TSU, vão roubar-nos no IRS. Ou que lhes aprover...

Vejamos. A diminuição do número de escalões do IRS, passam de 8 para 5, fará aumentar substancialmente a taxa a pagar por todos os trabalhadores. Ou seja, a tabela de IRS irá conter escalões com taxas que vão desde os 14,5% até aos 48% sendo já aplicadas em janeiro de 2013 através da retenção na fonte. A tudo isto acresce uma taxa de 4% que será retirada mensalmente.

Além de que para quem possua um crédito à habitação irá poder deduzir apenas 443 euros em 2013 em lugar dos 591 euros que deduzia até 31 de dezembro de 2012. Mais uma machadada nas parcas finanças das famílias portuguesas. Logo, em 2013 o vencimento líquido das famílias irá ser inferior ao que auferiam em 2012.

Se o que escrevi atrás é política, respondo veementemente que é! Mas tenho que ser assim. Sou apatidário mas não sou, nem quero ser, apolítico!

Sou digno quando me indigno!

Para os Militares a dignidade é um dos baluartes da sua condição. Mais nenhuma classe social tem tantos deveres e tão poucos direitos como nós.

“Para os Militares a dignidade é um dos baluartes da sua condição. Mais nenhuma classe social tem tantos deveres e tão poucos direitos como nós. Por isso, deixem-nos ser dignos quando nos indignamos!”

Por isso, deixem-nos ser dignos quando nos indignamos!

A condição militar não se coaduna com patranhas nem com manigâncias.

A minha condição de Militar não aceita mentiras e não permite que assista ao definhamento da Nação nem à usurpação dos direitos do Povo.

Não me posso esquecer, nem

fazer esquecer que nós, Militares, emanamos desse mesmo Povo e é por ele e para ele que a nossa condição se rege.

Foram os Militares, conjuntamente com o Povo que obtiveram estes direitos depois de uma ditadura que durou 48 anos. Foram conquistas sociais, que considero conquistas cívicas. A liberdade política contempla condições de vida materiais necessárias à sua realização: habitação, ensino gratuito, rendimento que permita reconstituir a força de trabalho, mas também divertir-se e cultivar-se; tempo livre para amar, refletir e criar; proteções contra as vicissitudes da vida.

O fosso existente entre as elites, o Povo e os Militares é cada vez mais notório. Este fosso ao aumentar está a incitar que em Portugal se invente um novo papel para os cidadãos e outro tipo de relação entre eleitos e eleitores.

E aqui, tenho que admitir que os Militares terão, seguramente, uma palavra a dizer. E esse tempo é agora!

Não estou ao serviço de nenhum governo. Não estou ao serviço nem ao dispor de nenhuma classe neoliberal que me tem desgovernado ao longo de 36 anos.

ESTOU AO SERVIÇO DE PORTUGAL E DOS PORTUGUESES!